



Senadores avaliam propostas de Dilma e manifestações

Fabio Rodrigues/Pozzobom/ABr



Dilma (no centro e no telão) comanda reunião com governadores, prefeitos e ministros, depois de ter recebido representantes do Movimento Passe Livre

Entre as ideias apresentadas pela presidente, a mais polêmica é a realização de plebiscito sobre Constituinte dedicada à reforma política

A sessão do Senado, ontem, foi mais uma vez monopolizada pelo debate em torno das manifestações de rua no país. Senadores avaliaram propostas apresentadas pela presidente Dilma em reunião com governadores e prefeitos. Também discutiram o papel do Congresso na resposta às demandas sociais. **6 e 7**

Comissão analisa projeto que pode reduzir tarifas de ônibus em 15% **3**

Luiz Gonzaga Belluzzo debate no Senado rumos da economia **3**

FAB elabora regras para utilização de drones

A operação de veículos aéreos não tripulados (vants, também chamados de *drones*), feita em caráter experimental desde 2009, foi debatida ontem na CRE. **8**



Senador Ricardo Ferraço (C) preside reunião na CRE: aviões não tripulados têm uso civil, comercial e militar

Arthur Monteiro/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado



A criação de lei específica que permita punir o assédio moral foi cobrada na reunião da CDH coordenada por Paulo Paim

Debate vê assédio moral como crime

A tipificação criminal da prática de assédio moral no ambiente de trabalho foi cobrada por representantes de associações

de servidores e empregados de empresas públicas em audiência, ontem, na Comissão de Direitos Humanos. **2**

especial
Cidadania

Campanha defende a Amazônia e a soberania

Tentativa de empresa norte-americana de registrar o domínio *.amazon* — equivalente a *.com* ou *.org* — é rechaçada e motiva a

campanha Nossa Amazônia, apoiada pelo Senado, governo federal e mais sete países com território na região. **4 e 5**



Gleison Miranda/Secom

Campanha recolhe assinaturas contra "privatização" do nome da Amazônia

Fornecedores querem reforma da Lei de Licitações **8**

CPI da Violência contra a Mulher apresenta parecer **2**

Indicados ao CNJ e ao STJ passam por sabatina hoje **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Coordenada por Paulo Paim (4º à dir.), audiência debate discriminação contra servidores federais no Brasil e no exterior

Sindicatos cobram lei para punir assédio moral

Representantes sindicais relatam que a exposição de trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras seria comum, motivando afastamentos de trabalho por depressão e até suicídio

A TIPIFICAÇÃO CRIMINAL da prática de assédio moral no ambiente de trabalho foi cobrada por representantes sindicais e de associações de servidores e empregados de empresas públicas que participaram de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. Pelos relatos, a exposição de trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras seria habitual, motivando afastamentos por depressão e até suicídios.

Defendendo agilidade no exame de projetos que tratam do assunto, os dirigentes se comprometeram a encaminhar à comissão um documento sintetizando as propostas, junto com um levantamento das matérias que tramitam no Senado e na Câmara. Paulo

Paim (PT-RS), que solicitou a audiência e coordenou os trabalhos, deve definir com a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), a forma de fazer chegar as demandas a quem pode contribuir com soluções nas duas Casas do Legislativo.

Itamaraty

No debate estavam duas entidades de trabalhadores do Ministério das Relações Exteriores. Nos últimos meses, a imprensa brasileira noticiou casos de assédio moral e sexual, além de atos discriminatórios.

O caso de maior repercussão decorreu de denúncia de contratados do consulado brasileiro em Sidney, na Austrália. Foram acusados o cônsul-geral, Américo Dyott Fontenelle, e o

cônsul-geral-adjunto, Cesar Cidade. Adriano Pucci, que representou o Itamaraty no debate, refutou a ideia de “corporativismo” como obstáculo às apurações. Além da remoção de seus postos, hoje os acusados respondem a processos administrativos que devem ser julgados em breve, conforme Pucci.

O presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores, Alexey van der Broecke, defendeu a penalização do assédio. Sobre o Itamaraty, ele disse que denúncias começaram a ser recebidas desde a criação do sindicato, em 2009, mas pouco foi feito. Ele observou que o cônsul Américo Fontenelle, por exemplo, era reincidente na prática.

Problema é frequente na Polícia Federal

A presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, Leilane de Oliveira, afirmou que, no órgão, o mais constante alvo de assédio moral é o servidor administrativo e que a agressão normalmente parte de ocupantes da carreira policial.

Ela atribui o suicídio de Sandro Gutemberg, em 20 de junho, em Belém, a consequências de assédio. Ainda pode ser considerado assédio, disse ela, o fato de os cargos de chefia na área administrativa serem sempre ocupados por policiais, mesmo sem a necessária qualificação.

Para o presidente da Federação Nacional dos Policiais

Federais (Fenapef), Jones Borges Leal, o assédio na instituição “não vem de um CPF, mas de um cargo, o delegado”. Leal disse que hoje pelo menos 30% dos servidores tomam remédio “tarja preta” e costumam se afastar longamente das atividades.

— De tão comum a prática, o assediador acha que não está cometendo falta, e o assediado acredita que a situação é normal — lamentou.

Jones pediu que seja encontrada uma solução para retirar os vícios de constitucionalidade do PLS 121/2009, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), já que o relator, Pedro Taques (PDT-MT), recomendou a rejeição da proposta por esse motivo.

Embrapa é acusada de controlar servidor

Na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o assédio é “institucionalizado”, conforme o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), Vicente Almeida. Segundo ele, a empresa usa regulamento criado desde sua criação, no período militar, para controlar os servidores. Como exemplo, afirmou que nenhum pesquisador pode se manifestar sobre três assuntos: agrotóxicos, transgênicos e Código Florestal.

Almeida trouxe ainda vídeo para mostrar em que condições trabalham os empregados que atuam em atividades de campo, a seu ver totalmente inadequadas. Um dos que prestam

depoimento, vítima de câncer, sugere ter adquirido a doença devido à longa exposição a agrotóxicos. Almeida, que chegou a chorar ao falar da situação da empresa, disse que ele próprio responde a processo aberto pela Embrapa, pelo qual corre risco de ficar preso por até sete anos.

A reintegração de ex-empregados que se afastaram da Petrobras ao fim da década de 1990, em decorrência de Plano de Demissão Voluntária, é a bandeira da Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas, presidida por Valdeimar Moreira. Segundo ele, os afastados aderiram ao PDV por receio de serem demitidos caso rejeitassem a adesão, num momento de intensa pressão psicológica.

CPI da Violência contra a Mulher apresenta hoje o relatório final

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a violência contra a mulher se reúne hoje para a apresentação e leitura do relatório final da senadora Ana Rita (PT-ES). Segundo a presidente da CPI, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), o relatório final deverá sugerir a criação do Orçamento Mulher para os próximos anos, como já existe no México e na Austrália. O objetivo será destinar mais recursos

à Secretaria de Políticas para as Mulheres e verbas em cada ministério.

A comissão foi instalada em fevereiro de 2012 e realizou 24 audiências ou reuniões públicas, sendo 18 em estados e 6 em Brasília. Nesse período, foram recebidos 369 documentos, incluindo materiais enviados pelo poder público, por movimentos sociais e denúncias de vítimas de violência.

(Com Agência Câmara)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Prestação de contas

14h Ocupantes de cargo público cuja indicação foi aprovada pelo Senado deverão prestar conta anualmente à Casa, segundo proposta (PEC 89/2011) que consta da pauta da sessão deliberativa de hoje.

PRESIDÊNCIA Lei de Licitações

9h O senador Renan Calheiros participa da abertura do seminário Diálogo Público — 20 anos da Lei 8.666/93: oportunidades de avanço, no TCU; às 15h, reunião da Mesa; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Recuperação florestal

8h30 Análise de projeto que incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, em áreas desapropriadas e em áreas degradadas.

CCT Células-tronco

9h Audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia para discutir os novos métodos de uso de células-tronco e suas aplicações. Entre os convidados, a coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano, Mayana Zatz.

CÓDIGO PENAL Reforma

9h30 Reunião administrativa da Comissão Especial da Reforma do Código Penal.

ECONOMIA Subcomissão

9h50 Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente da subcomissão para tratar dos temas estruturais da economia para o biênio 2013–2014.

CAE Incentivos para o transporte

10h Em análise, projeto que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup). Audiência, às 11h30, para debater os rumos da economia, com o professor Luiz Gonzaga Belluzzo.

CE Gestão democrática

10h30 Na pauta da Comissão de Educação, projeto sobre práticas de gestão democrática na educação básica e superior e proposta que sujeita ex-dirigentes de entidades desportivas profissionais às responsabilidades e sanções civis.

CCJ Análise de indicações

11h A Comissão de Constituição e Justiça analisa a indicação de Gilberto Valente Martins para o Conselho Nacional de Justiça. Às 14h, analisa mensagem do Executivo indicando Paulo Dias de Moura Ribeiro para o Superior Tribunal de Justiça.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Relatório

14h Apresentação do relatório final da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a violência contra a mulher.

CMO Regulação do Sistema S

16h Audiência pública sobre o tema “Sistema S: compreensão e propostas de regulação”. Às 18h30, reunião para analisar medida provisória que abre crédito extraordinário em favor de operações oficiais de crédito, no valor de R\$ 2,9 bilhões.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30, a reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; às 10h30, reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. E, às 14h, transmissão da sessão plenária.** A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.** As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Texto que prevê cortes na carga tributária do serviço foi colocado em pauta depois de manifestações pelo país contra aumento na passagem

Comissão vota hoje projeto que pode reduzir em 15% tarifas de transporte

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje o projeto (PLC 310/2009) que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup). O objetivo é diminuir os preços das tarifas por meio da redução da carga tributária. Segundo o presidente da CAE e relator da proposta, Lindbergh Farias (PT-RJ), o Reitup pode garantir redução de até 15% nas tarifas de transporte público.

O projeto, já aprovado em duas comissões do Senado, entrou na pauta da CAE no dia 18, após manifestações contra o aumento no preço das passagens de ônibus em diversas cidades do país. O texto propõe que sejam reduzidas a zero, entre outras, as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins incidentes sobre o faturamento dos serviços e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico na aquisição de óleo diesel (Cide-Combustíveis). Lindbergh apresentou o parecer na reunião do próprio dia 18, mas foi concedida vista coletiva aos senadores, o que levou ao adiamento da votação.



Ônibus em Brasília: usuários, que viajam em más condições, podem ser beneficiados

Apesar da previsão de redução de 15% nas tarifas de transporte, há dúvidas

sobre o efetivo impacto das iniciativas porque algumas isenções já foram incluídas nas

Medidas Provisórias 612/2013 e 617/2013.

Em audiência pública realizada na quarta-feira, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, considerou baixa a eficácia do projeto, por tratar de isenções já existentes e não oferecer uma fonte de custeio para o transporte urbano e metropolitano.

Lindbergh, no entanto, explicou que, além de incorporar as isenções previstas nas MPs, o substitutivo de autoria dele traz inovações como a diminuição de 2% para 0,5% da contribuição patronal à seguridade social e a redução a zero do PIS-Pasep e da Cofins na aquisição de insumos relativos à operação dos serviços de transporte, como óleo diesel, energia elétrica e bens de capital (veículos e pneus, por exemplo). O texto de Lindbergh prevê ainda a possibilidade de municípios e estados que aderirem ao Reitup reduzirem a zero as alíquotas do ISS sobre passagens e do ICMS sobre óleo diesel, chassis, carrocerias, veículos, pneus e câmaras de ar, quando usados no transporte coletivo urbano e metropolitano.

Proposta estabelece “malha fina” para políticos eleitos

Políticos eleitos devem ser automaticamente incluídos na malha fina da Receita Federal, segundo projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) que vai a votação final hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se aprovado, segue direto para a Câmara, sem necessidade de votação no Plenário do Senado.

Para Cristovam, o regime especial de fiscalização deve

ser aplicado aos políticos porque eles estão investidos da função de administrador de bens coletivos e dispõem de poderes que, na ausência de controles, podem ser usados indevidamente.

O relator na CAE, Eduardo Suplicy (PT-SP), é favorável ao texto, diferentemente do relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Francisco Dornelles (PP-RJ).

Para Dornelles, a proposta é inconstitucional e pressupõe que agentes públicos são suspeitos antes mesmo da apuração de irregularidades. Suplicy discorda e diz que o texto defende a ideia de que todo cidadão com altas responsabilidades, no papel de agente político, deve se submeter a rigores maiores de fiscalização.

A CAE também deve votar

hoje projeto que eleva a idade dos dependentes para fins de abatimento no Imposto de Renda e propostas de normas sobre alimentos, para regular, por exemplo, o teor máximo de sódio, de gorduras e de açúcares nos produtos. Na pauta, também estão autorizações para operações de crédito externo e para a renegociação de dívidas de outros países com o Brasil.

Senado debaterá rumos da economia com Luiz Gonzaga Belluzzo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debaterá hoje os rumos da economia brasileira com o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no governo Sarney e professor de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), Belluzzo vem ao Congresso no momento em que brasileiros se manifestam por todo o país contra os gastos públicos, o crescimento da inflação e a baixa qualidade dos transportes coletivos.

Em entrevista concedida em março à revista *Infomoney*, Belluzzo disse que o

crescimento fraco do Brasil resulta da demora do governo em perceber que a expansão econômica passou a depender menos do consumo e mais dos investimentos. Ele afirmou

ainda que o país crescerá se o governo for rápido em destravar os investimentos.

Belluzzo também disse que há um problema de coordenação dentro do governo para

cuidar da infraestrutura. Na opinião dele, esse não é um problema do Ministério da Fazenda, mas da necessidade de criar um grupo executivo para negociar as condições das concessões e acompanhar as obras.

O debate se realizará em atendimento a requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF). O objetivo dos senadores é discutir a solidez da economia brasileira e as perspectivas para a próxima década, aprofundando uma análise sobre o cenário do setor industrial como fator de competitividade.



Na CAE, Belluzzo analisará competitividade do setor industrial e perspectivas

Texto incentiva recuperação florestal em assentamentos

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) deve votar hoje às 8h30, em caráter terminativo, projeto que amplia os incentivos para a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais na agricultura familiar, especialmente em assentamentos rurais e áreas quilombolas e indígenas.

A proposta (PLC 99/2012) quer dar alternativa econômica e de segurança alimentar e energética para os que dependem da agricultura em áreas desapropriadas pelo poder público e em áreas degradadas de posse de agricultores familiares.

A Comissão de Reforma Agrária (CRA) sugere o oferecimento, pela CMA, de substitutivo à proposta, para incluir as novas prescrições no novo Código Florestal (Lei 12.651/2012). Assim, seria evitada a edição de legislação extravagante.

O relator na CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), entende que o conteúdo do projeto dá maior concretude ao artigo 58 do novo Código Florestal, mas considera que a medida “encontra melhor acolhida em legislação autônoma”.

Indicados ao STJ e ao CNJ passam por sabatina hoje

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai sabatar hoje, às 11h, Gilberto Valente Martins, promotor de Justiça do Ministério Público do Pará, indicado para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Às 14h, a comissão fará a sabatina de Paulo Dias de Moura Ribeiro, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, indicado para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga destinada a desembargadores dos tribunais de Justiça.

Amanhã, às 9h, o colegiado sabatina a juíza federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (com sede em São Paulo) Regina Helena Costa, indicada para o STJ, para o cargo de ministra, na vaga destinada a juízes dos tribunais regionais federais.

Amanhã, será sabatinado ainda o procurador de Justiça Rogério Schiatti Machado Cruz, também indicado ao cargo de ministro do STJ, na vaga destinada a membro do Ministério Público.

As reuniões serão realizadas na Ala Alexandre Costa, Sala 3, Anexo 2.

Campanha reúne assinaturas contra uso exclusivo do domínio .amazon

Senado adere à luta de Brasil e demais países amazônicos contra pedido de uso exclusivo do sufixo de internet feito por empresa norte-americana de comércio on-line

Joseana Paganine

NÃO SÓ A Amazônia é dos brasileiros. O nome da maior floresta do mundo também. E dos outros sete países que possuem território na região: Peru, Colômbia, Equador, Bolívia, Suriname, Guiana e Venezuela. Juntos, os países lutam pelo direito de poder criar livremente endereços de internet com o sufixo .amazon, usando a tradução inglesa da palavra. A propriedade do domínio de primeiro nível — que funciona como os genéricos .com ou .org — está sendo requerida pela empresa de comércio eletrônico Amazon.

Na quarta-feira, o Senado aderiu à campanha Nossa Amazônia — Contra a Privatização do Nome Amazônia, iniciativa que tem a participação do governo, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI). Para participar, é só entrar na página da campanha — www.nossaamazonia.org.br — e assinar a petição. Até o momento, 2.160 pessoas já aderiram à campanha.

As assinaturas serão apresentadas na reunião da Ican, sigla em inglês para Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números, que acontecerá de 14 a 19 de julho na África do Sul.

A Ican é uma instituição norte-americana responsável pela coordenação global do sistema de identificadores de endereços da internet (veja box). A corporação vai decidir em agosto se



A Floresta Amazônica, que abrange oito países e possui 38 milhões de habitantes, é uma das regiões mais ricas do mundo em biodiversidade e recursos naturais, como água doce

a propriedade do nome pode ser dada à Amazon. — Se o pedido da empresa for acatado, será como uma patente. Para usar o nome, os habitantes terão de pedir e pagar para os norte-americanos. Queremos que o nome não seja de ninguém, muito menos de uma empresa privada — protestou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que lidera o movimento contra a Amazon.

Engajamento

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), acredita que a campanha vai estimular o engajamento da população em torno da reivindicação. O senador pediu a Vanessa que apresente à comissão, na próxima semana, um relatório sobre o andamento da iniciativa.

João Capiberibe (PSB-AP) pediu a participação do maior número possível de cidadãos, de norte a sul do país. Ele lembrou o caso ocorrido com o cupuaçu.

Em 2003, a empresa japonesa Asahi Foods conseguiu registrar a patente “cupuaçu” no Japão, Estados Unidos e Europa. O registro da marca impedia a venda de qualquer produto brasileiro com o nome da fruta, como bombons, sucos e geleias. Várias ONGs pediram o cancelamento da patente na Justiça do Japão, argumentando que a lei do país impede o registro de nomes de matéria-prima como propriedade particular. O cancelamento veio em 2004.

De acordo com o secretário-geral da OTCA, Robby Ramlakhan, são constantes as tentativas de comércio internacional de se apropriar de nomes e produtos da Amazônia. — Não se trata apenas de referência geográfica. É questão de cultura, soberania e oportunidade. Temos de proteger o futuro dos povos amazônicos — disse Ramlakhan, que também é embaixador do Suriname no Brasil.

Preocupação com nomes de lugares vem desde 2007

Em 2012, a Ican abriu a possibilidade de registrar domínios de primeiro nível, ampliando o leque de sufixos que contava apenas com os genéricos e com o nome de países, como .br. Foram feitos 1.930 pedidos de domínios, que serão agora autorizados ou não pela corporação.

— Ao saber que a Amazon havia solicitado a exclusividade do sufixo, os governos brasileiro e peruano entraram com uma contestação, alegando que se trata de denominação geográfica e, portanto, pública. O embaixador Benedicto Fonseca Filho disse que o problema começou em 2007 porque a Ican, ao elaborar as regras para novos domínios, não acatou recomendação

dos governos que proibia o uso de nome de lugares, entre outros termos de uso comum.

Segundo ele, outras empresas também pediram exclusividade de nomes geográficos. É o caso da norte-americana Patagonia, especializada em artigos esportivos, que solicitou o domínio .patagonia. O pedido também está sendo contestado por Argentina e Chile.

— Os governos não têm assento na Ican. E a instituição parou de seguir as nossas recomendações. A Ican obedece à legislação norte-americana. Se houver litígio, a disputa ocorrerá em tribunais de lá. O governo brasileiro considera isso um absurdo, mas respeita a

situação de fato — avaliou o embaixador e diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério de Relações Exteriores.

Fonseca também considera que o lançamento do domínio de primeiro nível foi feito de forma rápida, com pouca discussão. Isso porque, segundo ele, tem havido prevalência de interesses comerciais na Ican. Para exemplificar o problema criado, ele citou o caso de nomes comuns como “hotel”.

— Quem ficará com o domínio de primeiro nível .hotel? A regra é quem oferece mais leia — afirmou o embaixador.

Para ele, a Amazon é coerente com a estratégia comercial quando pede sufixo exclusivo. Mas é legítimo também que se conteste o pedido em função do interesse público. Fonseca contou que já houve duas conversas com a empresa e os membros da OTCA, sem consenso.

— Se a decisão for contra o interesse público, o Brasil se reserva o direito de recorrer. Queremos



Estoque da Amazon: a empresa norte-americana, com sede em Seattle, é uma das maiores do mundo em comércio virtual, vendendo de livros a roupas e produtos eletrônicos

Questão envolve inclusão digital na Amazônia

Eduardo Braga (PMDB-AM) ressaltou que a questão é de importância nacional e internacional. Trata-se não só de um problema de nomenclatura, mas de inclusão digital.

— O nome da Amazônia não é uma marca. Pertence às pessoas da região, que precisam, urgentemente, ser incluídas na era digital. Estamos vendo, neste momento, o quanto a participação virtual nas redes sociais pode ser importante para a transformação — afirmou, referindo-se às recentes manifestações de rua ocorridas no Brasil.

É o que pensa também o presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital (Anid), Percival Henriques. Na avaliação dele, a Amazônia precisa ser inserida em uma região de banda larga em uma região impacta em cerca de 10% a economia local, disse.

— Quem não tem informação sobre a importância de um domínio na internet não entende a necessidade de lutar para que o nome .amazon permaneça de domínio público. Quando essas pessoas acordarem, os domínios já estarão registrados — ponderou Henriques.

Como funciona a gestão da internet

Como funciona a gestão da internet

A governança mundial dos endereços de internet é feita pela Ican. Ela é responsável pelo Sistema de Nomes de Domínio (DNS), que inclui a alocação de protocolos da internet (IP) — um número que cada aparelho conecta à web possui — e a concessão de domínios de primeiro nível, tanto genéricos (.com, .org, .net) quanto de países, como .br, .fr, .uk. Agora, a Ican passa a definir domínios de primeiro nível específicos, como é o caso do .amazon.

O sistema ajuda os usuários a encontrar o caminho na internet. Cada computador tem

um endereço exclusivo, IP, composto por sequência de números. Como é difícil memorizar endereços IP, o DNS permite substituir os números por letras, o “nome do domínio”, como www.senado.leg.br.

De acordo com Everton Lucero, da Ican no Brasil, a corporação trabalha agora para introduzir sinais fora do alfabeto latino no sistema, como caracteres árabes e cirílicos. O objetivo, segundo ele, é ampliar o acesso à internet nos países que usam tipos diferentes de letras gráficas.

No Brasil, quem gerencia o sistema é o

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC). Desde 2005, é esse núcleo que implementa as decisões e os projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI). Entre outras funções, o NIC faz o registro e a manutenção dos nomes de domínios que usam o .br.

— O Comitê Gestor da Internet é uma instituição moderna, multisetorial, com 21 representantes do governo, das universidades, da iniciativa privada — assegura Virgílio Almeida, secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Amazônia

- 8 países, mais a Guiana Francesa, departamento ultramarino da França
- 7 milhões km² de área
- 6% do território mundial
- 60% da área total em território brasileiro
- 9 estados brasileiros compõem a Amazônia Legal, responsáveis por 20% do PIB do país
- 30% de todas as florestas tropicais remanescentes do mundo
- 25 mil km de rios navegáveis
- 20% das águas doces do planeta
- 1/3 da biodiversidade global
- 58 mil espécies de plantas
- 38 milhões de habitantes
- 385 povos indígenas
- 49 famílias linguísticas

Fontes: Ministério do Meio Ambiente, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e secretário-geral da OTCA, Robby Ramlakhan



Vanessa Grazziotin lidera a campanha no Senado



Para Ramlakhan, da OTCA, o nome .amazon pertence ao povo



Embaixador Fonseca teme que interesse comercial prevaleça



Para Lucero, da Ican, órgão vai decidir de acordo com regras



Senador Eduardo Braga é contra privatização do nome



Henriques, da Anid, pede inclusão digital para a região

Saiba mais

Nossa Amazônia — Contra a Privatização do Nome Amazônia
www.nossaamazonia.org.br

Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (Ican)
www.ican.org.br

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)
www.otca.info

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC)
www.nic.br

Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI)
www.cgi.br

Em dia de reuniões com ministros, governadores, prefeitos e representantes dos protestos, presidente propõe pactos também sobre saúde, educação, mobilidade e equilíbrio fiscal

Dilma propõe plebiscito sobre reforma política

UM PLEBISCITO SOBRE convocação de Assembleia Constituinte exclusiva para a reforma política foi a principal proposta apresentada ontem pela presidente Dilma Rousseff, em pronunciamento que antecedeu reunião com 27 governadores e 26 prefeitos de capitais. Sem detalhar a proposta, a presidente disse que a reforma deve ampliar a participação popular.

Dilma conclamou a sociedade a firmar pactos em cinco temas: saúde, educação, mobilidade urbana e equilíbrio fiscal, além da reforma política. Também defendeu mudanças na lei para considerar corrupção como crime hediondo — inafiançável e sem anistia. A presidente defendeu a aprovação dos projetos que destinam 100% dos royalties do petróleo para a educação e 50% do Fundo Social do pré-sal para o setor. Ela voltou a apoiar a contratação de médicos estrangeiros para áreas com



Entre o vice Michel Temer e a ministra Gleisi Hoffmann, Dilma (C) dirige reunião

carência de profissionais, mas apenas “quando não houver disponibilidade de brasileiros”.

— Contrataremos médicos estrangeiros para trabalhar exclusivamente no SUS. Não se trata de medida hostil ou desrespeito com os nossos profissionais, trata-se de ação emergencial e localizada. Sempre oferecemos primeiro aos brasileiros as vagas, só depois chamaremos os estrangeiros.

Estopim da onda de manifestações em todo o país há três semanas, o problema da mobilidade urbana terá, conforme anunciado ontem pela presidente, um aporte de R\$ 50 bilhões para investimentos. Além disso, Dilma anunciou a instalação do Conselho Nacional do Transporte Público, que teria versões municipais.

(Com Agência Brasil)

Líderes do governo e do PT apoiam iniciativa

Os líderes do governo e do PT no Senado, Eduardo Braga (AM) e Wellington Dias (PI), apoiam uma Constituinte exclusiva para a reforma política.

Braga ressaltou que é preciso aguardar os desdobramentos do pronunciamento. Ele lembrou que o Senado já aprovou projetos sobre o tema, que, no entanto, “não andaram”.

Mesmo assim, segundo o senador, a presidente entende que “um pacto com a população” poderia dar novo ritmo ao assunto.

— A presidente tomou iniciativa e reuniu todas as instâncias

brasileiras em torno do seu comando para dar uma resposta àquilo que fez o povo ir às ruas — avaliou.

Para Wellington Dias, uma Constituinte agora seria mais legítima, “pois é um pedido da população”.

— É uma oportunidade de debate maior entre o povo e o Parlamento — disse.

De acordo com Wellington, a reforma política é o ponto de partida para outras reformas necessárias. O senador entende que ela também seria uma “resposta” contra a corrupção, pois trataria, entre outros assuntos, do financiamento de campanhas.

Aécio e Agripino: base governista travou reforma

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a oposição sempre apoiou a reforma política. Ele lamentou, porém, que o governo tenha sido incapaz de implementá-la, mesmo com ampla base no Congresso.

O senador acrescentou que o plebiscito é uma prerrogativa exclusiva do Congresso que ainda precisa ser discutida.

— Estaremos prontos para votar uma reforma que aproxime os partidos do sentimento da população brasileira — afirmou.

Aécio apresentou um documento que a oposição elaborou como um conjunto de

“propostas ao Brasil”. De acordo com ele, as propostas podem ser “encampadas” pelo governo federal já que responderiam de imediato aos clamores da sociedade no campo do combate à corrupção, da saúde, da educação e do transporte.

José Agripino (DEM-RN) disse que a oposição não é contra o plebiscito. Para ele, porém, a reforma poderia ser aprovada no Congresso por meio de projetos de lei.

— Podemos fazer a reforma na hora em que nós quisermos. Basta que o governo queira e mande sua base votar.

Movimento Passe Livre sai insatisfeito de encontro

Os integrantes do Movimento Passe Livre (MPL), recebidos ontem pela presidente Dilma Rousseff, classificaram como positiva a abertura do diálogo entre o governo e os movimentos sociais, mas não saíram satisfeitos do encontro em razão da falta de medidas concretas, segundo a Agência Brasil.

O MPL foi um dos grupos organizadores das manifestações em São Paulo contra o aumento da tarifa do transporte público, as quais deram início, há três semanas, a protestos em todo o país, incorporando outras bandeiras.

No encontro de ontem, os integrantes do MPL defenderam a tarifa zero no transporte público. Segundo eles, essa tem de ser uma decisão do governo.

— O transporte, assim como a saúde, a educação, é um direito e, portanto, não deveria ter tarifa, não deveria ser cobrado. Dissemos à presidenta justamente que existem diversas formas de subsidiar isso — relatou o estudante Marcelo Caio Hotimsky.

Segundo ele, Dilma se comprometeu a trabalhar pelo controle social dos gastos com os transportes, de modo que a população possa ajudar a fiscalizar o dinheiro público investido no setor. Esse controle está previsto na PEC 90/2011.

Outra integrante do MPL, Mayara Vivian, observou que o convite para novo diálogo feito pela presidente não interfere na mobilização em curso.

— A luta por tarifa zero continua e o diálogo não anula esse processo. Se tem dinheiro para construir estádio, para a Copa do Mundo, tem dinheiro, sim, para tarifa zero. É uma urgência, uma medida emergencial — disse.

Os ministros das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, e da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, participaram da reunião. Segundo Ribeiro, a tarifa zero para o transporte público urbano precisa ser bem analisada.

Veja carta aberta do MPL a Dilma <http://bit.ly/cartaMPL>

Campanha Eleições Limpas inicia coleta de assinaturas

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de outras entidades civis, lançaram ontem a campanha Eleições Limpas, com o objetivo de coletar mais de 1,5 milhão de assinaturas para apresentar proposta de reforma política e eleitoral. O MCCE coordenou a campanha que resultou na Lei da Ficha Limpa.

Segundo o MCCE, dos 513 deputados federais, 369 foram eleitos entre os que tinham mais recursos financeiros. O MCCE quer extinguir a doação de empresas, já que elas não têm direitos políticos.

A coleta de assinaturas será feita em formulários físicos ou pela internet (www.eleicoeslimpas.org.br), certificação digital e segurança criptografada.

Propostas tratam corrupção como crime hediondo

Defendida ontem pela presidente Dilma, a classificação de crimes de corrupção passiva e ativa, peculato e concussão como hediondos já foi proposta por pelo menos quatro senadores desde 2011. O PLS 363/2012, de Paulo Paim (PT-RS), cuida de delitos contra a Previdência Social. Já o PLS 676/2011, de Lobão Filho (PMDB-MA), trata de crimes relacionados a licitações, contratos, programas e ações nas áreas de saúde ou educação. E o PLS 204/2011, de Pedro Taques (PDT-MT), não diferencia a destinação dos recursos. As três propostas estão na Comissão Temporária de Reforma do Código Penal. Há ainda o PLS 660/2011, de Wellington Dias (PT-PI), que pune com mais rigor o agente de corrupção que for integrante de um dos três Poderes.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Manifestações continuam ecoando no Senado

A resposta a ser dada às manifestações populares que se sucedem há três semanas por todo o país ainda não é consenso entre os senadores. Alguns ressaltam a questão da precariedade dos serviços públicos oferecidos e cobram soluções do governo.

Outros veem as instituições democráticas em crise de credibilidade e querem ações do Congresso e dos partidos.

Senadores também repercutiram as propostas anunciadas ontem pela presidente Dilma antes da reunião com governadores e prefeitos. A ideia de

realização de uma reforma política via Constituinte é a mais polêmica.

Na tarde de ontem, um protesto de motoristas e cobradores de ônibus bloqueou o trânsito na região central de Brasília e terminou com policiais feridos e 17 ônibus depredados.

Anibal diz que políticos não compreendem anseios dos manifestantes



Moneira Maniz/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) colocou em dúvida a capacidade dos políticos de compreenderem as reivindicações dos

manifestantes que ocupam as ruas há mais de uma semana.

— Todos nós estamos deixando muito a desejar. Tem uma nova ordem sendo exigida, e eu sinceramente não faço ideia de qual será o desdobramento — afirmou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) e Pedro Taques (PDT-MT) apoiaram alguns argumentos de Anibal.

Pedro Taques apoia Constituinte exclusiva para reforma política

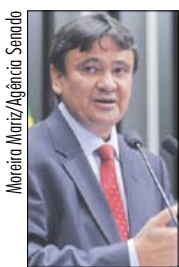


Moneira Maniz/Agência Senado

A realização da reforma política por uma Constituinte exclusiva foi defendida ontem por Pedro Taques (PDT-MT). Para ele, o atual Congresso não tem mais credibilidade para votar o assunto.

Taques propôs que os constituintes sejam submetidos a quarentena, de quatro ou oito anos, e sugeriu participação de cidadãos não filiados a partidos. O senador criticou os pronunciamentos da presidente Dilma Rousseff feitos ontem e sexta-feira.

Wellington Dias cita proposta de Dilma de combate à corrupção



Moneira Maniz/Agência Senado

Wellington Dias (PT-PI) comentou, em Plenário, o pronunciamento feito ontem pela presidente Dilma Rousseff, em que ela propôs a discussão de uma nova legislação que trate a corrupção como crime hediondo. A mudança já está prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 660/2011, apresentado por Wellington.

— Não tem um corrupto se não tem um corruptor, e a nossa legislação precisa tratar de forma muito especial sobre isso — defendeu.

É preciso retomar o diálogo para superar a crise, opina Ana Amélia



Lia de Paula/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) disse que o diálogo entre a presidente Dilma Rousseff, integrantes do Movimento Passe

Livre, governadores e prefeitos é importante para administrar e superar a crise política e de credibilidade institucional. Segundo a senadora, é preciso retomar o diálogo com as instituições democráticas, e o governo deverá demonstrar vontade política nos próximos 18 meses.

— Esse, sim, é o maior legado que a Copa pode deixar — disse.

Jorge Viana propõe união suprapartidária no Congresso e elogia Dilma



Lia de Paula/Agência Senado

Uma ação coesa e rápida do Congresso em resposta aos anseios da população foi cobrada por Jorge Viana (PT-AC). O senador elogiou a presidente Dilma Rousseff pela reunião de ontem com governadores e prefeitos.

— Mas, e o Parlamento, o que está fazendo? Discurso. Cadê a reforma política?

Viana sugeriu que os parlamentares se unam de maneira suprapartidária na busca de soluções para os problemas apontados nas manifestações.

Inácio Arruda defende pauta avançada para mobilização popular



Moneira Maniz/Agência Senado

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu em Plenário ontem a ampliação da mobilização popular para propor uma

“pauta avançada”, com questões mais profundas, para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros. O senador citou como exemplo a necessidade de reforma agrária mais ampla, reivindicada há anos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com objetivo de aumentar a capacidade produtiva do país e também a oferta de alimentos.

Para Cristovam, “caiu a ficha” dos brasileiros sobre a situação nacional

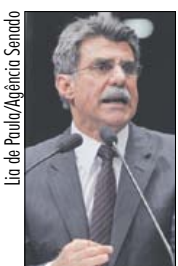


Lia de Paula/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ter a impressão de que muitos não entenderam o que está ocorrendo no Brasil, mas bastam três palavras: — Caiu a ficha — disse.

Segundo o senador, muitos dos manifestantes já estiveram no exterior e viram que serviços públicos como saúde e transporte funcionam. Ele defendeu a reforma política e o voto aberto para decisões do Parlamento. O sistema atual, opinou, beneficia os publicitários e advogados.

Jucá: eleições unificadas permitem mais atenção às políticas públicas



Lia de Paula/Agência Senado

Ao falar em reforma política, ontem, Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a PEC 71/2012, de autoria dele, que prevê a coincidência de mandatos para as eleições estadual, municipal e federal.

O senador explicou que a classe política e os partidos pensam permanentemente na disputa, e o foco pode atrapalhar a política pública.

— Com três anos sem eleição, os políticos poderão se concentrar nas políticas públicas — afirmou o senador.

Randolfe contesta caráter conservador dos protestos no país



Lia de Paula/Agência Senado

Em pronunciamento ontem, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticou os que, com análises baseadas em

movimentos populares passados, dizem que as manifestações sociais atuais têm caráter conservador. Ele assinalou que as manifestações defendem a qualidade nos serviços públicos de educação e saúde, não podendo, por isso, ter qualquer característica conservadora.

Para o senador, é necessário dar respostas concretas ao reclame das ruas.

Dilma deveria procurar Conselho da República, afirma Ruben Figueiró



Lia de Paula/Agência Senado

Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou que a presidente Dilma Rousseff deveria ouvir o Conselho da República

na busca de soluções para as reivindicações das ruas.

— Chegou o momento de ela ouvir e concluir que não é autossuficiente, tirando do horizonte questões eleitorais.

Cabe ao conselho, disse ele, deliberar sobre questões relevantes para a estabilidade.

O senador lamentou a participação de vândalos nos movimentos reivindicatórios.

Ferraço pede que PEC 37 vá a votação para ser derrubada



Moneira Maniz/Agência Senado

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu ontem que os parlamentares coloquem na pauta de votações a Proposta

de Emenda à Constituição 37/2011. De acordo com Ferraço, a sociedade brasileira espera que a PEC seja derrubada, e não retirada da pauta.

— O que precisamos fazer é dar uma resposta à sociedade, que não aceita nenhum retrocesso, nenhum cerco à necessária autonomia do processo investigatório por parte do Ministério Público — disse.

População de Rondônia deu exemplo para o Brasil, destaca Ivo Cassol



Moneira Maniz/Agência Senado

Em pronunciamento ontem, Ivo Cassol (PP-RO) deu os parabéns aos manifestantes que vão às ruas de forma ordeira. Como exemplo, citou o povo de Rondônia, estado que representa. Para ele, os rondonienses deram um exemplo ao Brasil.

Cassol condenou o vandalismo e disse que quem se manifesta de “cara limpa”, mostrando o rosto, merece respeito, ao contrário daqueles que se aproveitam do anonimato.

Sociedade precisa conhecer projetos que já tramitam, ressalta Rollemberg



Lia de Paula/Agência Senado

É possível dar uma resposta à sociedade com a discussão e a aprovação de proposições que já tramitam no Congresso, disse Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

— Temos alguns projetos que podem e devem ser adotados imediatamente.

Ele citou voto aberto no Congresso, voto facultativo, menos assinaturas para projeto de iniciativa popular, Lei da Ficha Limpa no Executivo, referendo revogatório do mandato e candidaturas sem partidos.

Paim sugere fim do voto secreto no Parlamento e arquivamento da PEC 37



Lia de Paula/Agência Senado

Em discurso ontem, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Congresso precisa ouvir e entender as mensagens dos manifestantes nas ruas do país.

Ele defendeu o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011 e o fim do voto secreto no Parlamento.

— Nós não podemos fazer de conta que não estamos percebendo — disse o senador, acrescentando que o Congresso deve apresentar uma pauta propositiva e dialogar com a sociedade.

Ataídes Oliveira cobra medidas urgentes em resposta às manifestações



Lia de Paula/Agência Senado

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) conclamou ontem o governo federal, o Judiciário e a classe política a realizarem

mudanças urgentes na administração pública nacional para atender as principais reivindicações dos movimentos populares que abalaram o país na semana passada.

— Pelo clamor dessa multidão que foi às ruas, o governo federal terá que tomar decisões urgentes para atender as reivindicações do povo brasileiro — afirmou.

Aeronaves não tripuladas terão regras para utilização

Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores, representantes da Polícia Federal e da Aeronáutica falam de experiências bem-sucedidas que podem auxiliar na regulamentação do setor

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre regulamentação dos veículos aéreos não tripulados (vants, também chamados *drones*) para uso civil, comercial e militar, ontem, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o delegado da Polícia Federal Wellington Soares Gonçalves explicou que os vants estão sendo usados de forma bem-sucedida pela corporação.

Adotados em caráter experimental em 2009, os vants têm sido usados como ferramentas de inteligência e auxiliado na apreensão de drogas e prisão de pessoas, principalmente na região de fronteira do país.

Segundo o delegado, há duas aeronaves não tripuladas em uso pela Polícia Federal, com autonomia de 30 horas de voo, podendo percorrer 3 mil quilômetros e antecipar informações aos policiais em operação. Gonçalves assegurou que a preocupação com a segurança dos vants é prioridade — pilotos da Polícia Federal que controlam as aeronaves têm certificação de piloto comercial e a maior formação possível dentro da aviação comercial.

Vants têm se popularizado no mundo devido ao baixo custo e às inúmeras aplicações,



Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Ferraço (C) coordena debate

como controle e fiscalização do espaço aéreo e do território federal, monitoramento ambiental, de trânsito e patrimonial, avaliação de catástrofes e segurança pública.

O coordenador do comitê de vants da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, Antônio Castro, defendeu a regulamentação, como forma de as indústrias expandirem os negócios para o mercado comercial. Estudo recente do setor, citado por Castro, identificou que, com a colaboração da aeronave não tripulada na agricultura, a produção de cana aumentou em 20%. A expectativa é de permissão para atuar em faixas mais baixas que a aviação de passageiros.

Autora do requerimento do debate, junto com Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ana Amélia (PP-RS) leu perguntas enviadas por cidadãos que acompanharam o debate pelo Portal e-Cidadania e pela TV Senado. Uma delas questionava restrições do uso militar e do compartilhamento de informações. Representante do Estado-Maior da Aeronáutica, o coronel-aviador Paulo Ricardo Laux assegurou que o uso bélico só é permitido em estado de guerra.

— A gente fica orgulhosa de ver a atuação do país e o compromisso com a segurança nessas operações — elogiou Ana Amélia, ao avaliar a audiência como “muito rica e extremamente produtiva”.

Manual de uso deve ser publicado em 2014

A Força Aérea Brasileira e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) estão trabalhando na regulamentação do uso militar e civil dos vants. Representantes dos dois órgãos afirmaram que grupos técnicos dedicam-se à construção das normas e que regras iniciais já começam a ser adotadas. Para 2014, está prevista a publicação de um manual sobre o uso do equipamento, e um cronograma de ações foi definido até 2018. A segurança é a principal preocupação.

O presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), explicou que questões como segurança, privacidade, responsabilização por danos e faixas de frequência de comunicação devem

ser consideradas. É preciso ainda ter cuidado com o mau uso do equipamento, que tem capacidade de monitorar informações privadas e oferece risco de colisão com aviões tripulados e de queda em áreas habitadas.

O coronel-aviador Laux afirmou que já existem regras iniciais sobre o uso militar dos vants, em testes na Força Aérea desde o início de 2008. Além do uso exclusivo por pilotos experientes, disse ele, os voos ocorrem somente em espaço aéreo segregado.

O representante da Anac, Roberto José Honorato, disse que está sendo elaborada proposta de ato normativo para uso não experimental.

Ele destacou que a indústria do setor vem desenvolvendo soluções para que a operação seja cada vez mais segura.

O major-aviador Cyro André Cruz, comandante do 2º Esquadrão do 1º Grupo de Comunicações e Controle da Aeronáutica, explicou que a Organização da Aviação Civil Internacional, agência especializada das Nações Unidas para navegação aérea internacional, tem se dedicado à elaboração da regulamentação de vants. O Brasil, disse, tem participado das reuniões e já definiu alguns pontos importantes, como qualificação de pilotos. Outra questão é a confiabilidade dos controles remotos do equipamento.

Gurgacz: acordo sobre federalização de estrada

A audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizada em Espigão do Oeste (RO) na sexta-feira resultou em um entendimento para que a proposta de federalização da RO-387 seja apresentada e aprovada no Congresso, disse Acir Gurgacz (PDT-RO). A estrada liga

Rondônia a Aripuanã (MT). A medida, afirmou o senador, irá beneficiar diretamente 15 municípios nos dois estados, que totalizam 400 mil habitantes.

Segundo Gurgacz, a federalização possibilitará a conexão dos municípios com as rodovias federais BRs 364 e 174, melhorando o escoamento da

produção de soja, milho, café, leite e outros produtos. Ele afirmou ter conseguido junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a concessão de máquinas para a melhoria das estradas vicinais.

O senador disse que técnicos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Fornecedores defendem reformas na Lei de Licitações

Apesar do consenso em pontos como o Cadastro Nacional de Registro de Preços e o acompanhamento pela internet de todas as fases do processo licitatório, a modernização das leis sobre licitações e contratos ainda enfrenta controvérsias sobre a obrigatoriedade do leilão eletrônico e a proposta de garantia obrigatória para contratos de alto valor. Essas questões foram debatidas ontem na comissão temporária destinada a modernizar a Lei 8.666/1993. Dirigentes de associações de fornecedores de bens e serviços chamaram a atenção para a necessidade de reformas no Regime Diferenciado de Contratações (RDC).

Rodolpho Tourinho Neto, presidente-executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, apresentou sugestões para modernizar a legislação de modo a “destravar” investimentos em infraestrutura. Ele ressaltou que o seguro-garantia de obras públicas — que atualmente pode cobrir até 10% do valor da obra — poderia ser ampliado para 30%, garantindo que as obras sejam concluídas com qualidade. Tourinho considera necessário esclarecer os riscos do negócio.

Gerente-executivo de operações jurídicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sidney Ferreira Batalha disse que a revisão é urgente, uma vez que as

regras atuais aumentam o custo Brasil e precisam incorporar melhor os benefícios da tecnologia e da inovação. Para ele, é necessário criar mecanismos que impeçam ou reduzam a participação de “aventureiros” em licitações.

— Um projeto executivo bem elaborado traz maior segurança ao processo de contratação.

Tatiana Abranches, advogada da Confederação Nacional do Comércio (CNC), também pediu providências contra empresas “aventureiras”, por meio de critérios de aceitabilidade mais claros.

Júlio Fialkoski, vice-presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, defendeu modificações na lei para tornar o Brasil mais ágil. Ele também pediu aos senadores ênfase na garantia de tratamento igualitário às empresas.

João Alberto Viol, presidente do Sindicato das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, propôs que no setor as contratações devam se orientar mais pela técnica do que pelo preço, sob pena de empobrecimento dos projetos. Em seu ponto de vista, não cabe o regime de menor preço estabelecido no RDC.

Mauro Ribeiro Viegas Filho, presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia, concordou:

— Não se contrata trabalho intelectual, médico, engenharia por menor preço ou, pior, por pregão eletrônico.



Vital do Rêgo (4º à dir.) é o presidente e Kátia Abreu (3ª), a relatora da comissão

Adiada reunião sobre gestão de portos e transporte aquaviário

Foi adiada a reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), marcada para ontem, para debater o financiamento e a gestão de transportes no país, com foco

nos portos e no transporte aquaviário. A audiência foi requerida por Fernando Collor (PTB-AL), presidente da comissão. A nova data ainda não foi definida.



Gurgacz diz que mudança beneficiará produtores de Rondônia e Mato Grosso